



AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL

Euzébio Jorge Silveira de Souza
Presidente do CEMJ

Euzébio Jorge Silveira de Souza é Presidente do CEMJ; Mestre em Economia Política pela PUCSP e Doutorando em desenvolvimento Econômico pela Unicamp; Membro do Conselho Nacional de Juventude – Membro da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) foi criado em 1984, no final da ditadura militar, com o objetivo de resgatar a história dos movimentos sociais juvenis. Movimentos como o estudantil e os diversos movimentos culturais foram determinantes na construção da democracia brasileira e precisavam ter sua memória e suas lutas resgatadas e divulgadas. Em 2002 o CEMJ se reorganiza para se transformar também em um centro de estudos sobre juventude, criando pesquisas e diálogos entre os movimentos sociais, os pesquisadores da temática de juventude e entre políticas públicas de juventude. O instrumento criado para permitir a intersecção entre estas três dimensões da ação do CEMJ foi a Revista Juventude.br.

A revista Juventude.br foi lançada em fevereiro de 2006 com um Dossiê Juventude e Rock, nestes quase 10 anos tratou das mais diversas temáticas que envolvem a juventude, como a Juventude e Drogas, Educação e Trabalho, Juventude e Cultura popular, Juventude e participação. A 13ª edição da Juventude.br é publicada em um momento emblemático para as políticas públicas de juventude. Após substanciais avanços políticos e sociais no Brasil, o quadro passa a se inverter, e um conjunto de direitos sociais são colocados em risco.



“O poder mobilizador das manifestações de junho de 2013 reafirmou a capacidade de pressão da juventude”.

Dos anos 2000 para cá, vimos uma melhora substancial no mercado de trabalho, atenuando problemas estruturais do padrão ocupacional no país. O salário mínimo registrou uma elevação substancial, a desigualdade caiu e o IDH se elevou - fruto de um conjunto de políticas de transferência de renda e elevação da renda média. Segundo a PNAD, o desemprego entre os jovens entre 16 e 29 anos reduziu 17% de 2006 a 2013 e a informalidade entre a juventude 24% no mesmo período. A PNAD também aponta que entre 2006 e 2013, o Brasil elevou em 53,9% a quantidade de jovens com idade entre 25 e 29 anos com ensino superior completo e em 85,1% entre os jovens 18 e 24 anos.

Ainda assim, nos últimos anos a crise econômica mundial tem gerado uma simbiose perversa entre instabilidade econômica e política no Brasil. A polarização das opiniões na sociedade traz à tona argumentos neoliberais que responsabilizam políticas sociais pela crise, e estimulam saídas como terceirização e outras reduções de direitos trabalhistas e previdenciários, que além de serem ineficazes para retomar a atividade econômica, destroem direitos sociais que atenuam o sofrimento do povo nos momentos de maior desemprego e incerteza com relação ao futuro. Na crise, a juventude que pôde retardar seu ingresso no mercado de trabalho para se dedicar aos estudos, são compelidas a buscarem emprego para contribuir com a renda familiar, dado o

desemprego de outros membros da família. Lembrando que o ingresso muito cedo no mercado de trabalho é um problema estrutural no Brasil, que não só reduz o tempo dedicado a formação, como também reduz a mobilidade social, levando jovens pobres a ocuparem os piores empregos.

Em 2013 milhões de jovens saíram as ruas reivindicando direito a cidade, melhores serviços públicos e espaços para incidir nos rumos políticos do país. Segundo a pesquisa “Retrato da Juventude Brasileira” os problemas que mais preocupam os jovens são respectivamente: a violência, o desemprego, a saúde e a educação. A pesquisa aponta também que 40% dos jovens brasileiros acreditam que a desigualdade social e a pobreza são os principais assuntos a serem discutidos pela sociedade. O poder mobilizador das manifestações de junho de 2013 reafirmou a capacidade de pressão da juventude. Foram conquistas das manifestações: a redução das passagens de transporte coletivo e o passe-livre em muitas cidades; e na esfera federal, a institucionalização dos recursos do fundo social do pré-sal para educação - bandeira largamente encampada pela UNE, UBES e ANPG - e a aprovação e sanção do Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude surge em um período de expansão das políticas públicas de juventude na primeira

metade dos anos 2000, assumindo a forma de um projeto de lei em 2004. O documento articula um conjunto de bandeiras dos movimentos sociais juvenis, buscando firmar os jovens como sujeito de direitos, em uma fase de formação, experimentação e de construção de autonomia. A necessidade de transformar políticas de governo, em políticas de Estado era uma das motivações da aprovação e implementação do Estatuto.

Além da autonomia e da emancipação, o Estatuto da juventude traz como princípio “promoção da participação social e política”, dividindo-se em 11 seções de direitos, estas são: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Educação; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito à Saúde; Direito à Cultura; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e, por fim, Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

A 3ª Conferência Nacional de Juventude possui o temário subdividido pelos mesmos eixos do Estatuto, com o objetivo de consolidar os direitos conquistados e fazer frente a onda conservadora que tem atacado os direitos das mulheres sobre seus corpos com o PL 5.069, dos trabalhadores por meio do

PL 4.330 da terceirização e do direito da juventude com a PEC 171 que propõem a redução da maioria penal. A participação da Juventude não tem se restringido a espaços institucionais como conferências, conselhos de políticas públicas, ou sites de consultas digitais, jovens mulheres têm realizados grandes manifestações para denunciar os ataques aos direitos das mulheres - orquestrado pelo Presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha -; e os estudantes secundaristas em conjunto com entidades UBES, UPES, UMES's e grêmios estudantis, têm ocupados centenas de escolas exigindo do governador de São Paulo Gerando Alckmin mais recursos para educação e que desiste de sua reforma educacional que fechará escolas por todo estado de SP.

A presente edição da revista juventude.br buscou contemplar de forma interdisciplinar os eixos do Estatuto da Juventude e da 3ª conferência nacional de juventude. Dado a vastidão dos temas elencados no Estatuto buscamos contemplar, prioritariamente, jovens pesquisadores. Muitos temas terão que ser tratados nas próximas edições da revista, ainda assim, nós do CEMJ, acreditamos que a 13ª edição teve êxito em fornecer uma publicação capaz de dar substanciais contribuições aos desafios postos ao novo momento das políticas públicas de Juventude no Brasil.

Boa leitura!

Juventude.br 

ISSN 1809-9564

EDITORA
Elisangela Lizardo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luana Meneguelli Bonone

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
José Jance Marques

TIRAGEM
5 mil exemplares

COMISSÃO EDITORIAL
Alexandre Machado, Angélica Müller, Christian Lindberg, Euzébio Jorge, Fabiana Costa, Felipe Maia, Kathia Dudyk, Luana Meneguelli Bonone, Luísa Barbosa e Raísa Marques.

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ
André Tokarski, Fabio Pereira Garcia, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Felipe Maia, Elisangela Lizardo de Oliveira, Fabiana Costa, Monique Lemos de Lima, Felipe Spadari da Silva, Fernando Garcia de Faria, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishiyama, Lauro Castro, Alexandre Machado Rosa, Raísa Marques, Anne Cristine Silva Cabral, Marcelo Marigliani Arias, Renata Czkay, Luana Bonone, Carla Santos, Ronaldo Carmona, Rubens Diniz, Toni Carlos Pereira, Marcio Ortiz Meinberg.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO
Larissa Miho Nishiyama

PRESIDENTE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

SECRETÁRIO GERAL
Marcio Ortiz Meinberg

DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Márcelo Marigliani Arias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Felipe Maia

DIRETORA DE MEMÓRIA
Raísa Marques

DIRETORA DE CULTURA
Renata Czkay

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
Lauro Castro

DIRETORA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E ESPORTIVAS
Alexandre Machado Rosa

